



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS DEMERSAIS DAS REGIÕES
NORTE E NORDESTE (CPG DEMERSAIS NORTE E NORDESTE)

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

BELÉM/ PA, 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2023

1. ABERTURA

A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais Norte e Nordeste (CPG Demersais N/NE) ocorreu nos dias 06 e 07 de novembro de 2023, na forma mista (presencial e videoconferência) realizada no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) - Travessa do Chaco, 223 - Marco, Belém - PA.

O Coordenador do CPG Demersais N/NE, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos (as) e solicitou que a Secretária Executiva do CPG Demersais N/NE verificasse o quórum para prosseguir a reunião, enquanto informou aos membros participantes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista. Em seguida, agradeceu a presença dos membros, convidados e ouvintes e informou sobre o desafio da realização de reuniões de forma mista em razão das questões relacionadas à internet.

Seguidamente, para as boas práticas da reunião mista, orientou que todos os membros respeitem o tempo de fala, tendo dois minutos para realizar comentários ou perguntas. Para o momento da fala, as instituições presentes e os membros com participação virtual (sistema *google meet*), deveriam levantar a mão para solicitar a fala. Foi alertado sobre a necessidade de assinar a lista de presença disponibilizada no *chat*, manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta.

Em seguida, a Secretária Executiva do CPG Demersais N/NE verificou o quórum, a pedido do Coordenador, que assim aprovou e declarou formalmente



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

aberta a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais das Regiões Norte e Nordeste (CPG Demersais N/NE).

Relatou sobre a retomada dos Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs), conforme o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, tendo como objetivo a retomada de discussões participativas entre representantes das Administrações Públicas Federais e Estaduais, assim como das Instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira, contribuindo para a gestão e garantindo o diálogo entre governo e sociedade civil, dispondo ainda de especialistas, de todas as regiões do Brasil, no Grupo Técnico Científico.

Em prosseguimento, o Coordenador solicitou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA nº 148, de 23 de outubro de 2023, de designação dos membros do CPG Demersais N/NE, e em seguida a apresentação dos convidados pelas Instituições.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Reunião Ordinária do CPG Demersais N/NE, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Demersais N/NE

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Demersais N/NE

Senhora Sandra Silvestre (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhor Dian Barreto da Cruz (Assistente Administrativo)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Ormezita Barbosa de Paulo (Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

Senhor Florivaldo Mota (Convidado)

Senhora Bianca Bentes (Convidada)

Senhor Eduardo Paes (Convidado)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor João Luis Fernandino (Titular)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

Senhor Rothier Siqueira (Suplente)

- Estado Maior da Armada Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Romivaldo Silva Vasques (Suplente)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Igor de Brito Silva (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhor Alex Garcia Klautau (Titular)

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP-PA)

Senhor Ediano de Sousa Sandes (Titular)

- Secretaria de Estado Da Pesca e Aquicultura do Maranhão (SEPA/MA)

Senhora Georgia Braga Costa (Suplente)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

Senhor Bruno Carvalho (Convidado)

Senhor Eduardo Lobo (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Gilvan Silva (Convidado)

Senhor Arimar Filho (Convidado)

Senhor José Filho (Convidado)

Senhor Erik Kleinberg (Convidado)

- Associação Brasileira dos Produtores de Pargo (ABRAPPA)

Senhor Thairo Santiago (Titular)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA BR)

Senhor Eloy de Sousa (Suplente)

- Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA BRASIL)

Senhora Rochelle Cruz de Araujo (Titular)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Marcio Kildare (Titular)

- Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado (COOMPESCAR)

Senhora Tanyse Gomes (Suplente)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Breno Portilho de Sousa (Titular)

- Oceana Brasil

Senhor Martin Coachman Dias (Titular)

Senhora Letícia Bruning Canton (Suplente)

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO)

Senhor Francisco Ozina Costa (Titular)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA RN)

Senhor Arimar França Filho (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

Senhor Apoliano Oliveira do Nascimento (Titular)

Senhor Arnildo Brito (Convidado)

Senhor Victor José (Convidado)

Senhor Thayson Lima (Convidado)

- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-15 de Valença (COLÔNIA Z15)

Senhor José George Santana da Hora (Titular)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BTC	Banco Técnico-Científico
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CPCs	Partes Contratantes
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério Da Pesca e Aquicultura
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
N	Região Norte
NE	Região Nordeste
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
VU	Vulnerável

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou a [agenda](#) a ser seguida ao longo dos 2 (dois) dias de reunião e informou que a Agenda Provisória para a 2ª Sessão Ordinária do CPG Demersais N/NE havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a agenda para aprovação ao Plenário, a qual foi aprovada por unanimidade.

3.2. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (informação) - Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Demersais N/NE)

Dando seguimento à reunião, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou o quadro demonstrativo da nova estrutura organizacional do Ministério da Pesca e Aquicultura de acordo com o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023.

3.3. APRESENTAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO DO CPG DEMERSAIS NORTE E NORDESTE (informação) - Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Demersais N/NE)

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz explanou sobre a composição do Grupo Técnico Científico (GTC) podendo ser constituído com até 25 (vinte e cinco)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

integrantes, sendo composto por integrantes do BTC, tendo o caráter temporário e duração não superior a um ano. O processo de seleção foi realizado por meio de análise em que todos os pesquisadores precisavam compor do Banco Técnico Científico; aderência ao tema, análise documental e uso da ferramenta de pontuação Barema. Após a avaliação, houve um total de 18 (dezoito) pesquisadores selecionados, sendo eles:

Categoria Pesquisador: 1- Alexandre Clistenes de Alcantara Santos; 2- Beatrice Padovani Ferreira; 3- Bruno Leite Mourato; 4; Carlos Antônio Beserra da Silva Junior; 5- Cezar Augusto Freire Fernandes; 6- Eduardo Tavares Paes; 7- Fúlvio Aurélio de Moraes Freire; 8- Igor da Mata Ribeiro Pimentel De Oliveira; 9- Israel Hidenburgo Aniceto Cintra; 10- Ivan Furtado Júnior; 11- José Amorim Reis-Filho; 12- Nídia Noemi Fabrê; 13- Rômulo Costa Pires Ferreira; 14- Thaiza Maria Rezende da Rocha; 15- Thierry Frédou; 16- Vandick Da Silva Batista; 17-Victoria Judith Isaac Nahum.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) para apresentar e colocar as expectativas como coordenador do referido GTC. O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) se apresentou e informou que os pesquisadores selecionados trabalham nas regiões norte e nordeste e colocou-se à disposição do CPG.

Posteriormente, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz apresentou as competências do Grupo de acordo com a Portaria MPA nº 147, de 23 de outubro de 2023, que institui o GTC Demersais N/NE para assessoramento do CPG Demersais N/NE.

3.4. APRESENTAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MPA E CONAPE - (informação) - Assessoria de Participação Social e Diversidade do MPA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Adriana Vilela se apresentou e agradeceu a oportunidade e espaço para apresentação. Inicialmente informou sobre o direito à participação social conforme garantido pela constituição e também pelo Decreto nº 11.407, de 31 de janeiro de 2023, que instituiu o Sistema de Participação Social, criando as Assessorias de Participação Social e Diversidade. Em seguida, elencou os princípios para garantia da participação social no MPA.

Posteriormente, a Sra. Adriana Vilela abordou os mecanismos e instâncias de participação social, em primeiro momento apresentou o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), seguido da Rede Pesca Brasil com os Comitês Permanentes de Gestão e das Conferências Nacionais. Além disso, foram apresentados outros meios de participação social como o Comitê Permanente de Governança e da Participação Social, Diversidade e Inclusão, os Grupos de Trabalho, as Mesas de Diálogo, a Ouvidoria, Audiências Públicas, entre outros.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) observou que o setor pesqueiro e aquícola é diverso e que é necessário acrescentar armadores e setor industrial nas falas e políticas públicas.

3.5. APRESENTAÇÃO SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS RELACIONADAS COM O CRÉDITO PARA A PESCA - (informação) MPA

O Sr. Antônio Siqueira (MPA) deu início a apresentação, informando que foram identificados na Portaria SAP/MAPA nº 310, de 2020 para exportação de pescados e Portaria MPA nº 75, de 2023, para exportação de pescados para União Europeia, problemas para reformas e adequações de embarcações no atendimento das normas higiênicos sanitárias. Dentre os impedimentos foram relatados, os juros altos, dificuldade de acesso a crédito, além de problemas de garantias de empréstimo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Destacou que estão sendo desenvolvidos trabalhos para fundos garantidores de créditos. Ressaltou que conforme levantamento realizado a taxa de risco para pesca é baixa. Todavia, há necessidade de maior empenho do setor pesqueiro na resposta dos questionários encaminhados, para levantamento das demandas a serem encaminhadas aos bancos. Outro ponto destacado foi a utilização de recursos do fundo da marinha mercante na área de pesca e que é possível a redução de valores para financiamento da construção de barcos. Porém, é necessário um planejamento do setor no segmento de projetos de estaleiros e de um cronograma de desenvolvimento.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) destacou dois pontos sobre o financiamento público da atividade pesqueira a serem tratados. O primeiro deles refere-se ao tratamento diferenciado para infratores nas pescarias e questionou de que forma pretende-se fazer tal diferenciação.

O Sr. Antônio Siqueira (MPA) informou que o MPA buscará trabalhar com empresas e embarcações registradas e regulamentadas. E que os pacotes de financiamento, serão realizados diretamente pelos Bancos.

Em segundo momento, o Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) relatou que com relação ao financiamento de créditos para as atividades ligadas à agropecuária, Bancos foram responsabilizados por concessão de créditos a tomadores com irregularidades do ponto de vista ambiental e que cabe ao poder público o fornecimento dos meios para aferição destas irregularidades, e que o registro por si só não seria suficiente para a atividade como um todo. Portanto, seria necessário o amadurecimento da questão. Além disso, ressaltou que há um predomínio de estaleiros irregulares principalmente do ponto de vista do MPA e que há um predomínio de construções de embarcações sem licença prévia. Sendo devida a fiscalização dos estaleiros e a comprovação de licença prévia para construção e financiamento das embarcações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Em complemento, o Sr. Antônio Siqueira (MPA) informou que para obtenção da linha de crédito os estaleiros devem estar credenciados e os projetos devem ser aprovados pelo MPA.

O Sr. José George (COLÔNIA Z15) acrescentou que no estado da Bahia a maioria das embarcações são de pequeno porte e de madeira e que no passado, haviam conseguido financiamento pelo Banco do Nordeste. Além disso, destacou que além da necessidade da licença prévia, os Bancos exigem seguro.

O Sr. Antônio Siqueira (MPA) relatou sobre a necessidade de abertura de formas de crédito para o segmento pesqueiro de forma sólida.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) relatou que um dos fatores mundialmente conhecidos que fazem a pesca não ser sustentável é o excesso de subsídios. E que se for feito um movimento para renovação das frotas é necessário discutir uma renovação das práticas de pesca. Por fim, sugeriu que sejam discutidas práticas sustentáveis para acesso aos financiamentos, como observadores de bordo, mapas de produção e estatística pesqueira.

O Sr. Antônio Siqueira (MPA), agradeceu as sugestões e informou que serão incluídas nos pacotes de financiamentos.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) relatou que a grande maioria das embarcações que precisam se adequar às regras higiênico sanitárias são embarcações de pequeno porte e que há a necessidade de ação conjunta para que as adequações possam ser realizadas.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) reiterou que é necessária a discussão mais aprofundada, além da adequação de práticas sustentáveis caso a caso.

**3.6. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 1ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CPG DEMERSAIS NORTE E NORDESTE**



(informação) - Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Demersais N/NE)

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz realizou a apresentação das recomendações da 1ª reunião ordinária do CPG Demersais N/NE, bem como o status de cada recomendação e informou que a Coordenadora do Monitoramento (MPA) iria relatar, posteriormente, sobre o andamento da REC 1/2022.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) informou com referência a REC 21/2022, que muitos armadores realizaram os pagamentos das taxas anuais, porém, continuam sem a licença definitiva.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) informou que a recomendação trata da ampliação da vigência do certificado de registro de armador de pesca e não de embarcações.

3.7. INFORMES SOBRE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA (apresentação) - Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA)

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) deu início a apresentação informando de forma geral as atribuições e as principais demandas da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA), como a criação do GT RGP, melhoria no sistema, ajustes na normativa e celeridade nas análises de cadastros.

Em seguida, apresentou os instrumentos de monitoramento existentes, sendo eles o Mapa de Bordo, a Declaração de Estoque, o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, o Mapa de Produção e o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP, além das ferramentas utilizadas para apresentação destas informações, que são o Sistema de Formulários e Questionários - AGROFORM, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Pesqueiras por Satélite - PREPS e o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP.

Posteriormente, a Sra. Valdimere Ferreira (MPA) apresentou o cronograma da nova plataforma do Mapa de Bordo - PesqBrasil, com vigência prevista para o dia 1º de janeiro de 2024 nas modalidades de pesca 1.5, 1.8, 1.9 e 1.10. Para as demais modalidades de pesca a data de vigência prevista é a partir do dia 1º de maio de 2024. Além disso, recomendou o início imediato da utilização da plataforma PesqBrasil, tendo em vista que, a mesma já se encontra disponível para uso.

Com relação ao PREPS, informou que houve impedimentos legais para formalização do GT PREPS e que o Ministério da Pesca e Aquicultura está buscando formas para promover a modernização do programa. Já sobre o tema pesquisa, relatou que foram analisadas 89 espécies pelos projetos Protuna, Demersais SE/S, RepensaPesca e Shrimp. Com relação à estatística, a Sra. Valdimere Ferreira (MPA) apresentou as ações prioritárias realizadas durante o ano de 2023, que possuem como objetivos básicos conferir maior visibilidade à pesca, fornecer informações para avaliação dos estoques pesqueiros, demonstrar a importância da pesca e subsidiar medidas de ordenamento e políticas públicas.

Além disso, destacou que o MPA tem realizado trabalhos colaborativos para o levantamento e organização de informações para reconstrução das estatísticas pesqueiras em âmbito nacional. Por fim, a Sra. Valdimere Ferreira (MPA) apresentou os programas de pesquisa e monitoramento em andamento, que juntamente com os pontos apresentados anteriormente, são fundamentais para a gestão pesqueira.

A Sra. Tanyse Gomes (COOMPESCAR) criticou a falta de estrutura do MPA ao longo dos anos e sugeriu medidas como aumento de equipe, de recursos financeiros, entre outros. Ademais, comentou sobre a morosidade para análise dos processos de embarcação com relação às transferências de propriedade e que



somente depois destas análises poderiam ser realizadas as inserções dos mapas de bordo na plataforma PesqBrasil. Além disso, destacou alguns problemas com as empresas que gerenciam o PREPS, com relação aos dados de rastreamento das embarcações. Por fim, solicitou que a região norte seja mais amparada, tendo em vista as particularidades da região.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) agradeceu a manifestação da Sra. Tanyse Gomes (COOMPESCAR), e ressaltou que, apesar de conhecidos os problemas, a manifestação é válida para que possam ser construídas alternativas.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) observou que existe uma diferença entre o navegador da embarcação e o PREPS com relação a localização e que o mapa de bordo é realizado pelo navegador da embarcação o que lhe gerou uma multa devido a esta diferença.

O Sr. Arimar França Filho (SINDIPESCA RN) reiterou a diferença logística entre os estados do sul e do norte, com relação às medidas de monitoramento e ao deslocamento das embarcações.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador GTC Demersais N/NE) ressaltou que seria possível solicitar às empresas os dados estatísticos e não somente aos projetos de pesquisa.

3.8. APRESENTAÇÃO DA REC 04/2022 SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PORTARIA ICMBIO nº 1.079, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022 (apresentação) - ICMBio

O Sr. Leonardo Messias (ICMBio) deu início a apresentação da Portaria ICMBio nº 1079, de 1º de novembro de 2022, com o título Proposta para Sustentabilidade da Pesca de Arrasto de Camarão com o Objetivo de Reduzir a Captura de Fauna Acompanhante e das Espécies da Fauna Marinha Ameaçadas de Extinção, agradecendo a oportunidade de apresentar o trabalho. Ressaltou em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

seguida que se trata de uma medida regional que abrange a região de Tamandaré-PE e a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.

O Sr. Leonardo Messias (ICMBio) destacou que a APA Costa dos Corais possui um sistema especial de administração, conforme a legislação vigente, e que parte das estratégias e diretrizes para conservação na APA são o estabelecimento de áreas de recuperação recifal, o cadastramento e regramento da pesca e o estabelecimento de limites na borda da Plataforma Continental. Além disso, ressaltou como competências do CEPENE/ICMBio o subsídio técnico e científico para ações de manejo em áreas protegidas para conservação de espécies ameaçadas de extinção; a recuperação de ecossistemas costeiros e marinhos e o ordenamento pesqueiro.

Conforme apresentado a captura de camarões na região, foi a modalidade de pesca mais rentável, contudo, atualmente a atividade é insustentável a nível ecossistêmico, devido a destruição de habitats e impactos sobre a ictiofauna acompanhante. De acordo com os estudos apresentados, desde o ano de 2003 o volume de captura de camarões tem diminuído na região, chegando a representar em alguns casos 30% do total das pescarias, enquanto peixes juvenis representam mais de 40%, além de invertebrados e algas capturados no arrasto. Portanto, o colapso das pescarias levou os pescadores locais a discutirem a necessidade de ordenamento do arrasto de camarão, com ênfase na recuperação dos habitats dos estoques e na implementação de uma pesca sustentável. Foi elaborado também um sistema de rastreamento das embarcações com o uso de smartphones e aplicativos disponíveis sem custo na internet. Dando continuidade às reuniões com os pescadores, foi elaborada a Minuta de Portaria em questão, com área proposta para ordenamento em sobreposição com a APA de Guadalupe, havendo manifestação favorável do órgão gestor à minuta de portaria.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu a apresentação e abriu a plenária para comentários ou questionamentos pelos membros. Como não houve manifestações foi realizado o intervalo de almoço.

Com o retorno da reunião, foi dado seguimento a agenda pelo Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz com a temática Demandas Recebidas pela Pasta.

3.9. DEMANDAS RECEBIDAS PELA PASTA (apresentação) - Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE)

A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE) deu início a apresentação sobre as demandas recebidas pelo ministério no ano de 2023, bem como o status de cada demanda.

Em seguida, o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz abriu a fala para considerações dos membros e participantes.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) comentou que não entende que o recadastramento da frota do pargo esteja realizado, pois, a demanda encaminhada era para recadastrar a frota que a UFRA havia localizado, sendo realizado apenas a implementação das vistorias das embarcações. Com relação ao monitoramento, salientou que as normas do PREPS não atendem as especificidades da região norte.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) ressaltou a necessidade de atentar-se à escrita das recomendações, para que estas estejam de acordo com a demanda pretendida. E que no caso do recadastro, entende-se que entram apenas aqueles já cadastrados e que as vistorias já implicam em recadastro.

A Sra. Laís Belsito Pestana (ABIPESCA) reiterou a necessidade de revogação ou correção do § 2º do art. 5º da Portaria Interministerial SG-PR/MMA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

nº 42, de 27 de julho de 2018, sobre a obrigatoriedade de descarte do estoque declarado.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz destacou que a solicitação pode ser trazida na seção sobre o Pargo.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) complementou que a análise precisa ser rápida, para não penalizar as empresas envolvidas com a atividade.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) informou que a fiscalização não tem conhecimento das questões levantadas com relação ao funcionamento do PREPS que deixa de comunicar o sinal por longos períodos e a divergência de sinal. O que considerou como gravíssimo. Além disso, ressaltou que os pescadores podem buscar comprovar as informações com dados de GPS e formalizar junto ao MPA, para que a empresa possa ser responsabilizada, constatando-se o erro. O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) também comentou que o período de 5 horas mencionado anteriormente não possui relação com as áreas de pesca e que devem ser separados o limite de tempo para falhas de sinais e o período para retorno das embarcações ao cais.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) reiterou que o tempo de 5 horas não é relacionado a distância e que as particularidades devem ser colocadas pelos membros, para que possam ser levadas em consideração nas avaliações. Além disso, solicitou que quando o setor notificar as empresas sobre falhas, comunique também o MPA para conhecimento e discussão com as empresas para que possam encontrar soluções para as falhas.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) esclareceu em relação à fala anterior que não estava generalizando, mas que o período de falha de sinal era um indicativo de que poderia ser realizado algo errado, a única modalidade que poderia fazer algo nesse período seria o cerco. E que o período de falhas de sinal deveria



estar obrigatoriamente vinculado a modalidade de pesca. Pois, o tempo de realização das pescarias não é o mesmo.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) complementou que possui documento em que a empresa reconhece as falhas do sistema.

3.10. INFORMES SOBRE AS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DO PARGO (informação) - MMA/ICMBio

O Sr. Alex Garcia (ICMBio) cumprimentou a todos, e informou inicialmente que o Plano Nacional de Recuperação do Pargo, coordenado pelo MMA, teve por objetivo resolver o problema condicionante da publicação da lista de espécies ameaçadas e que possuem uso social, indicando os limites de uso sustentável a serem autorizados pelos órgãos ambientais competentes. Em seguida, informou o fluxo do monitoramento e avaliação dos planos de recuperação, como a criação de um grupo para cada plano de recuperação, o monitoramento e a avaliação, além da adoção de medidas corretivas e adaptativas.

Especificamente sobre o Plano de Recuperação do Pargo, o Sr. Alex Garcia (ICMBio) destacou inicialmente algumas questões que devem ser levadas em conta sobre os planos de recuperação, como o cumprimento das medidas, os dados para avaliação das espécies, indicadores de recuperação da espécie-alvo, entre outras.

Como objetivos específicos, ressaltou a definição e implementação de normas de ordenamento e manejo que reduzam e controlem o esforço de pesca e que assegurem a reprodução e recrutamento da espécie; a adoção de medidas que garantam que a biomassa permaneça em níveis superiores e compatíveis com rendimento máximo sustentável; o monitoramento permanente da atividade pesqueira; o fortalecimento da fiscalização e acompanhamento das medidas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

implementadas; e o fortalecimento da gestão compartilhada incluindo o setor pesqueiro.

Como ações emergenciais, o Sr. Alex Garcia (ICMBio) evidenciou o cadastramento e regularização das embarcações que atuam na pescaria nas regiões norte e nordeste, a implementação de um programa de monitoramento contínuo da pesca do pargo, avaliação de ferramentas para recuperação da espécie. Por fim, foram apresentadas as medidas de recuperação que compreendem a implementação das medidas de ordenamento previstas na legislação vigente, a designação da área de exclusão de pesca nos bancos oceânicos utilizados como locais de desova e a avaliação sobre a pertinência de um regime de cotas de captura anual com base nas avaliações de estoque.

Em complemento, o Sr. João Luis Fernandino (MMA) informou que a última versão do GT do pargo ocorreu em outubro de 2022 e que até o momento não foi restituído, mas que está sendo revisado pela gestão compartilhada para implementação e recebimento das demandas relacionadas às espécies ameaçadas.

O Sr. Vitor (convidado SINDIPESCA-PA) questionou com relação ao plano de manejo do pargo, como ocorreu a implementação do descarte da espécie no mês de fevereiro.

O Sr. João Luis Fernandino (MMA) recordou que na época de implementação o plano foi discutido com todos os setores e que até o momento não haviam recebido críticas quanto ao artigo mencionado. Porém que estão absorvendo as demandas para que sejam discutidas no GT.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA) sugeriu que os CPGs fossem utilizados como meio para a gestão dos recursos pesqueiros ameaçados, uma vez que reúnem todos os setores envolvidos, além disso, em sua opinião, haveria



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

entraves e morosidade na gestão compartilhada dos recursos e na implementação dos GTs.

A Sra. Beatrice Ferreira (Convidada MPA) destacou que o comitê técnico científico poderia fazer algumas colaborações com os planos de gestão. Além disso, realizou alguns comentários sobre os estudos com relação aos bancos oceânicos, áreas de desova, proteção de áreas de desova e áreas de proteção.

A Sra. Ormezita Barbosa (MPA) ressaltou como importante a discussão sobre a gestão compartilhada, e que o ministério vê como importante o fortalecimento dos CPGs e que está trabalhando para fortalecer o processo de participação. E reforça que o fórum foi construído para discutir o ordenamento e que precisa ser o principal meio para o ordenamento das pescarias, incluindo das espécies ameaçadas de extinção, classificadas como vulneráveis e reconhecidas como passíveis de uso.

A Sra. Laís Belsito (ABIPESCA) reiterou a necessidade de ajuste da portaria para retirada da obrigatoriedade de descarte dos estoques já declarados e classificou como prejudicial para o setor pesqueiro a espera pela revisão do plano de recuperação da espécie para a tomada de decisão.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) também criticou a questão do descarte dos estoques declarados e citou como exemplo as medidas adotadas para a lagosta, que preveem a comercialização dos estoques declarados até 60 dias após a interrupção das pescarias, além da possibilidade de comercialização para o exterior após o prazo.

A Sra. Tanyse Gomes (COOMPESCAR) lembrou que no ano de 2014 quando foi publicada já havia um ordenamento sendo executado e quando saiu a Portaria SG-PR/MMA nº 42, de 2018, o CPG não estava em execução. Além disso, ressaltou que gostaria que a referida portaria e o cadastramento tivessem obtido



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sucesso. Por fim, ressaltou que a pauta não deveria ser repassada para o GT Interministerial de Espécies Ameaçadas, mas discutido no âmbito do CPG.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) comentou que o recurso está apenas caindo e que é necessário o manejo. Concordou com a fala realizada sobre existir plano de recuperação da espécie, e que no caso do pargo o plano possui essencialmente medidas de ordenamento pesqueiro, além disso, reiterou a possibilidade de gerenciamento da pescaria pelo CPG.

O Sr. Apoliano Oliveira (SINPESCA) destacou o interesse e organização do setor produtivo para resolver o problema, inclusive realizando investimentos para execução de projetos de pesquisa sobre a espécie. Também solicitou a organização dos Ministérios sobre a demanda. Além disso, ressaltou que o setor está sendo cobrado pela portaria referente à sanidade, porém que é necessária a realização do recadastramento das embarcações para atendimento da referida portaria.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, ressaltou a necessidade de encaminhamento da demanda, inicialmente afirmou que o CPG é um fórum legítimo para as discussões, reconhecido pelo MPA como um canal de discussões sobre os recursos pesqueiros. Além disso, reafirmou que o pargo, aparece na Portaria MMA nº 445, de 2014, porém também possui uma portaria que permite o uso da espécie. E que a partir do momento em que a espécie é ordenada, é competência do MPA trazer as discussões para o setor envolvido com a atividade pesqueira.

O Sr. João Luis Fernandino (MMA) ressaltou que não pretende deslegitimar as decisões do CPG, e solicitou que o CPG estruture as recomendações e encaminhe ao MMA para aprofundamento.

A Sra. Ormezita Barbosa (MPA) questionou qual a expectativa do MMA para a retomada do GT Interministerial para Espécies Ameaçadas.



O Sr. João Luis Fernandino (MMA) informou que a minuta foi apresentada no começo de setembro e que faltam pequenos ajustes para o envio à Conjur, porém não possui uma data específica.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, ressaltou alguns pontos de interesse para proposta a ser apresentada ao GT Interministerial Espécies Ameaçadas do MMA, como a elaboração de um limite de captura e o recadastramento da frota.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA) solicitou que fosse realizado um documento para que a atualização do plano de recuperação do pargo seja tratada pelo CPG Demersais N/NE, e que as recomendações sejam submetidas ao GTC para avaliação. Além disso, reiterou que tendo em vista a permissão de uso da espécie, a gestão do recurso deve ser realizada dentro do CPG.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) corroborou com as falas anteriores, além da necessidade de realização de pesquisas mais recentes e abrangentes.

**3.11. VISTORIA DAS EMBARCAÇÕES PARGUEIRAS (apresentação) -
Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
(SERMOP/MPA)**

O Sr. Alysson Carvalho (MPA), cumprimentou a todos e informou inicialmente que o pargo foi a primeira pescaria que o MPA determinou a realização da vistoria das embarcações. Em seguida, ressaltou que demonstraria na apresentação como está o andamento das renovações e das vistorias das embarcações até o momento.

Dando continuidade, o Sr. Alysson Carvalho (MPA) informou que das 150 embarcações permissionadas para captura do pargo, 125 possuíam até 15m e 25 eram maiores que 15m, estando divididas nas modalidades 1.8, 1.9 e 1.10. Todavia, havia divergências das informações das embarcações registradas,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

portanto, foi necessária a realização das vistorias para o cadastramento das embarcações.

Além disso, ressaltou que a portaria que definiu as regras de uso e recuperação da espécie no ano de 2018, também condicionou as autorizações e renovações de pesca à vistoria prévia das embarcações. Desta forma, foi instituída a Portaria SAP/MAPA nº 1.239, de 1º de setembro de 2022, que estabeleceu os regramentos para a realização das vistorias. O processo de vistoria apresentado compreendeu o período de inscrição dos profissionais técnicos, a análise das inscrições, a inscrição para capacitação dos vistoriadores, a realização das capacitações e, por fim, a divulgação dos vistoriadores certificados. Ainda conforme apresentado pelo Sr. Alysson Carvalho (MPA) das 150 embarcações registradas na pesca de pargo, 88 constam na relação nominal prevista pela Portaria MPA nº 38 de 25 de abril de 2023, 29 não realizaram o procedimento de vistoria previsto e 121 protocolaram o relatório de vistoria, destas últimas 33 não constam na relação nominal devido a divergência de informações e pendência documental.

Por fim foram apresentados os principais desafios do registro e monitoramento, entre eles a morosidade na realização das vistorias, dificuldades no reporte dos mapas de bordo, as divergências de informações, o rastreamento da frota e a aplicação de sanções administrativas.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) questionou quais os critérios utilizados na questão do PREPS, em situações como as apontadas de falhas da empresa.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) informou que a primeira questão é saber se a embarcação está aderida ou não ao PREPS. Além disso, a questão do sinal é solicitada que o setor verifique a situação junto a empresa, sobre as pendências realiza-se a análise do histórico da embarcação em relação ao PREPS e aos mapas de bordo, e caso haja pendências é solicitada uma justificativa ao interessado.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) criticou a falta de pessoal nas superintendências, principalmente no estado do Pará, e reiterou a sugestão que as demandas do pargo sejam tratadas pelo CPG.

O Sr. Apoliano Oliveira (SINPESCA) informou que 2 (duas) embarcações estão com PPP desde o ano passado e até o momento não conseguiram autorização de pesca para o pargo.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) destacou que foi falado inicialmente que os barcos listados não necessariamente passaram por todos os itens das vistorias. Mas que tem acompanhado com bastante interesse as pescarias de pargo. Além disso, informou que dentre as embarcações listadas, há embarcações que não possuem PREPS.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) destacou que a maior dificuldade encontrada pelo setor foram a perda de prazo e os equívocos com relação às documentações. E ressaltou que, apesar das dificuldades citadas no estado do Pará, há um grande envolvimento do setor para regularização. Também solicitou que o Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) compartilhe com o ministério as informações das embarcações que estão sem adesão ao PREPS.

Em contraponto o Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) destacou que durante a reunião foi dito que o setor ofereceu dados, e na mesma reunião foi dito que se realizou estudo sem dados. Também ressaltou que o regime de cotas pode ser positivo, porém, não necessariamente será sempre positivo para o estoque da espécie. Ademais, opinou que apenas a avaliação de estoque não basta para definir a saúde do estoque, tendo em vista, a diversidade de fatores da região amazônica.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que apresentaria o histórico das discussões da primeira reunião, para ver se estariam caminhando para o que foi colocado. As demandas elencadas foram, regularização da frota, limite de captura e área de exclusão. E perguntou aos presentes se seriam estas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

as demandas que gostariam de discutir para avançar em medidas de ordenamento para o pargo.

O Sr. Vitor (convidado SINPESCA-PA) relatou que foi realizado um estudo pela UFRA e pago pelo SINPESCA, e que existe um banco de dados com relação ao tamanho de peixes e que os pargos grandes são direcionados para o comércio exterior, portanto, não vê que a espécie esteja em sobrepesca.

A Sra. Mariana Lobato (Secretária Adjunta) questionou se o Sr. Vitor (convidado SINPESCA-PA) havia sugerido a revisão do § 2º do Art. 5, com a retirada da data.

Sr. Vitor (convidado SINPESCA-PA) confirmou a sugestão e afirmou que não vê motivo para uma data de comercialização, tendo em vista que o estoque já estaria declarado e deveria ser comercializado até o final.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) relatou que a captura pode estar estável, porém o esforço ao longo do tempo pode mudar. E que são necessárias longas séries de dados para conhecimento dos estoques.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA) propôs como encaminhamento, o resgate das demandas e centralizar com o GTC para que recomendem técnicas de manejo, além das demandas elencadas durante a presente reunião. Ademais, solicitou ao Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) a realização de uma apresentação sobre a avaliação de estoque elaborada recentemente. O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA) ressaltou que não havia avaliação de estoque na época em que foi sugerida cota baseado no volume exportado.

O Sr. Eloy de Sousa (PESCA BR) alertou que por trás da avaliação de estoque há pessoas que dependem deste recurso para sobreviver.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) informou que a ideia é que as pessoas que dependem da pescaria possam continuar pescando durante muitos anos e que a avaliação de estoque se baseia nisso.

O Sr. Thairo Santiago (ABRAPPA) destacou que vê o recurso do pargo com muita responsabilidade, e que é necessário entender que a espécie possui um grande valor comercial e social. Além disso, questionou como o governo vê os requisitos de regularização da frota e limites de captura e se haverá uma resposta de imediato ao setor.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que o Ministério irá aguardar o parecer científico do GTC e que é muito importante saber qual o rendimento máximo sustentável da espécie e também a viabilidade econômica da pescaria, havendo um limite de captura.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) relatou que participou do projeto RepensaPesca, mas não foi um dos avaliadores de estoque. E gostaria que as demandas ficassem bem claras para que o GTC possa responder exatamente o solicitado.

O Sr. Arnildo Brito (Convidado SINPESCA) definiu como importante que os cientistas saibam que 80% da pesca do pargo é exportada e que grande parte dos indivíduos possui até 1kg e 200 gramas, e que os indivíduos maiores ficam no mercado interno, portanto há a necessidade de atentar-se a isto nas avaliações da espécie.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) informou que os cientistas possuem clareza quanto ao relatado e que as diferenças foram levadas em consideração.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) opinou ser fundamental o comentário realizado sobre a discussão de um documento a ser elaborado questionando a institucionalidade da gestão do CPG aos órgãos envolvidos.



O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA) declarou que havia comentado sobre um ofício circular interno para o órgão responsável pela gestão das espécies em extinção para manifestar-se sobre a gestão das espécies passíveis de uso pelo CPG.

O Sr. João Luis Fernandino (MMA) solicitou que a demanda seja encaminhada aos dois departamentos que trabalham com as espécies ameaçadas.

SEGUNDO DIA DA REUNIÃO (07/11/2023)

3.12. TED-UFPA DEFAU (apresentação) - UFPA

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, deu início ao segundo dia de reunião, relatando as discussões e apresentações do dia anterior e informando que o professor Danilo (UFMA) com apresentação prevista não poderá comparecer à reunião. Em seguida, passou a palavra à Sra. Bianca Reis (UFPA) para realização da apresentação.

A Sra. Bianca Reis (UFPA) cumprimentou a todos e deu início a apresentação intitulada “Rede cooperativa multidisciplinar para subsidiar o manejo da pesca dos estoques de camarões marinhos da costa Norte e Nordeste do Brasil com enfoque ecossistêmico”. Ainda relatou que foi realizado para apresentação um misto sobre dois projetos de pesquisa. A ideia dos projetos foi a realização de diversos eixos temáticos, como a biologia populacional do peixe, a economia, as interações, os cenários futuros, as avaliações de estoque, o manejo e as recomendações, entre outros. Em seguida, a Sra. Bianca Reis (UFPA) apresentou as regiões e tipologias das pescarias analisadas, bem como os parâmetros utilizados para definição dos tipos de pescarias, também relatou que iria se ater especificamente a dois tipos de pescarias da região norte do país.

No eixo biologia populacional apresentou a migração e distribuição dos camarões, a diversidade taxonômica e funcional e as especificidades das



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pescarias de acordo com as áreas e com a modalidade de pesca. Também foi apresentado neste eixo uma tabela com os períodos de recrutamento e reprodução dos camarões por espécie. Sobre os períodos de defeso foi apresentado a falta de conectividade com os períodos de reprodução da espécie no estado do Pará, porém a Sra. Bianca Reis (UFPA) ressaltou que existem outros desdobramentos com relação ao defeso, como o esforço de pesca. Além disso, demonstrou que a situação se repete para outros estados das regiões norte e nordeste.

Com relação ao eixo avaliação de estoque, relatou que para o camarão não foi identificado sobrepesca para nenhuma espécie nas regiões norte e nordeste. Entretanto, quando a análise é realizada para peixes, as espécies de tubarões e raias consideradas bycatch, encontram-se com algum grau de ameaça. Sobre o eixo tecnologia foram apresentados 3 (três) dispositivos para redução destas capturas não direcionadas. Além disso, foram apresentados os resultados da utilização dos dispositivos que demonstraram que não houve perda de camarões no período de seca e ganho de 5% no peso dos camarões no período chuvoso, também houve um controle na captura de bycatch, principalmente das espécies criticamente ameaçadas.

Com relação às interações ecossistêmicas, a Sra. Bianca Reis (UFPA) apresentou o grande número de espécies que possuem relação entre si, bem como, os níveis tróficos das espécies de acordo com cada estado e a vulnerabilidade de cada espécie.

Como cenários futuros foram pensados diferentes períodos de defeso, em que todos os aumentos de período de defeso demonstraram o aumento da biomassa de peixes, mas com redução das capturas. Porém, quando há o aumento do esforço há a redução da biomassa de peixes. Por fim, as conclusões apresentadas demonstraram que a proteção do camarão independe do esforço, mas sim dos habitats.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Com relação aos estoques, foi declarado que se encontram em bom estado. Sobre a economia, foi demonstrada rentabilidade, porém a necessidade de acessar novos mercados. Para os cenários futuros informou que é necessária a previsão de ações para mudanças climáticas, além de não aumentar o esforço de pesca. Já para o manejo apontou a necessidade de padronizar as medidas, que o defeso parece não ter muita relação com a conservação e a necessidade de pensar no controle das capturas, mas com a melhoria da qualidade de vida dos pescadores.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu a apresentação, em seguida passou a palavra aos membros para comentários e perguntas.

Sr. Vitor (convidado SINPESCA-PA) complementou que durante todo o período de pesca capturam camarão ovado, ademais que existe uma diferença grande entre o volume de captura nas épocas secas e chuvosas. Com relação aos dispositivos questionou se foram comparados com o TED ou se são considerados como TED.

A Sra. Bianca Reis (UFPA) informou que diante de reclamações do setor sobre o TED, o projeto buscou dispositivos que pudessem substituir o TED, mantendo a eficiência, porém são dispositivos distintos.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) questionou qual a proporção de redução das espécies e da biomassa com uso dos dispositivos.

A Sra. Bianca Reis (UFPA) informou que houve uma redução de até 15% na captura do bycatch.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) agradeceu a apresentação e ressaltou que foi realizada apresentação sobre inovações tecnológicas que permitam diminuir a captura, mas agregar valor. E que o setor busca uma maior renda, com a qualidade da captura.



O Sr. Antônio Melo (IBAMA) relatou que trabalhou muitos anos com a pesca de camarão, destacou algumas áreas principais de pesca e que gostaria de saber qual como estão estas áreas na atualidade.

A Sra. Bianca Reis (UFPA) informou que não sabia informar se as áreas coincidiam exatamente, mas que provavelmente sim. Além disso, destacou como importante que o defeso contemple o período de recrutamento dos camarões e não apenas o período de desova.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que outras demandas a serem discutidas teriam relação com as autorizações complementares para peixes diversos e que será tratado ainda pela reunião.

3.13. PLANOS DE GESTÃO DOS CAMARÕES NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE - PROJETO REBYC II - LAC (apresentação) - Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE)

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE) deu início a apresentação, informando que na reunião passada havia sido apresentada as propostas dos planos de gestão para os camarões das regiões norte e nordeste, bem como os diagnósticos do Projeto REBYC II - LAC. E que havia ficado como demanda o encaminhamento para os membros do CPG, e que não houve contribuições por parte dos membros, portanto, seguiriam com o encaminhamento para o GTC para avaliação e posterior publicação.

O Sr. Apoliano Oliveira (SINPESCA) relatou que concorda em partes com as falas anteriores sobre a pesca do camarão, e que achou contraditórias as afirmações sobre o tamanho dos camarões. Além disso, considerou como problemático o uso da grade sem a retirada do TED e que a pesca de camarões se tornou insustentável, por não cobrir o gasto das embarcações. O Sr. Apoliano



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Oliveira (SINPESCA) afirmou que não concorda com o fim da pesca da autorização complementar, mas que acredita que deva ser utilizada apenas na época do defeso. Por fim sugeriu a permanência da autorização complementar, desde que haja critérios, e com relação ao camarão, sugeriu a revisão do período de defeso.

O Sr. José Jorge (Colônia de Valença) relatou que não possuem embarcações adequadas para realização de pesquisas, porém propõe mudanças nas datas de defeso para o estado da Bahia e que seriam necessários estudos para subsidiar as alterações necessárias.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE) informou que quem define os períodos de defeso é o MMA junto com o MPA, e que será registrada a solicitação de alteração das datas, mas que pode haver dificuldades para a fiscalização, podendo haver também a migração das embarcações para outros estados.

O Sr. José Jorge (Colônia de Valença) defendeu que sejam realizadas pesquisas para compreensão das diferentes datas entre os estados.

A Sra. Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva CPG Demersais N/NE) informou que poderia colocar como encaminhamento, incentivar pesquisas e que os períodos de defeso possuem relação com a reprodução e recrutamento das espécies.

A Sra. Tanyse Gomes (COOMPESCAR) relatou como muito importante o aprimoramento das pescarias, e que acredita que a discussão sobre a complementar já estaria esgotada, tendo em vista que já possuem estudos que a pescaria é sustentável. Quanto ao defeso, ressaltou que não possuem datas, mas que é importante consultar o GTC e que os períodos e as pesquisas podem embasar mudanças no futuro. Por fim, sugeriu como recomendação que caso o defeso seja alterado, que aconteça com base nas conclusões do GTC e que o setor seja consultado e possa avaliar a alteração.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, ressaltou que a discussão sobre as autorizações complementares, trata-se das autorizações de piramutaba e arrasto de camarões e que elas possuem limitação das autorizações nas áreas de polígonos e que existe uma norma complementar pode ser utilizada apenas no período de defeso, já a frota de piramutaba pode ser utilizada o ano inteiro.

O Sr. Eduardo Paes (Coordenador do GTC Demersais N/NE) corroborou que referente ao defeso dos camarões é necessário compreender que a reprodução não é a mesma todos os anos, portanto, é necessário que o defeso esteja ligado ao recrutamento das espécies. Também relatou que é necessária uma proposta que estabeleça um tamanho para captura e não um período para o defeso.

A Sra. Ormezita Barbosa (MPA) ressaltou a importância de ser discutida a revisão da norma de defeso dos camarões no Nordeste, no âmbito do CPG.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) relatou sobre a imensidão dos fenômenos existentes na região norte do país, e que as colocações sobre os camarões estariam deslocadas do CPG norte e nordeste, pois são fenômenos e ambientes distintos e que talvez seja necessária a reestruturação com relação às regiões.

O Sr. Igor de Brito Silva (IBAMA) observou, com relação à autorização complementar, a necessidade de clareza de definição, bem como da fauna acompanhante para que o Estado conheça o esforço de pesca.

O Sr. Andrei de Abreu (MCTI) comentou que não vê necessidade de aquisição de embarcações de pesquisa e que os estudos poderiam ser realizados em parceria com os pescadores. Além disso, que os custos para esta aquisição poderiam ser direcionados para outros incentivos aos pescadores. Com relação ao período de defeso considerou que houve diversas mudanças desde o período de definição do defeso, portanto, o Ministério possui interesse em fomentar pesquisas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

para ajustar os períodos, porém não possui recursos no momento para aquisição de embarcações.

A Sra. Valdimere Ferreira (MPA) comentou com relação às autorizações complementares, que é necessária a discussão com todos os setores envolvidos, para saber o que é passível de execução por cada setor.

O Sr. Apoliano Oliveira (SINPESCA) relatou que há conflitos entre a pescaria de peixes diversos e outras modalidades, e sugeriu que seja estipulado um período de defeso para a pescaria de peixes diversos.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, consultou os membros para antecipar as recomendações previstas para o período da tarde, e não houve oposição.

3.14. RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2023: Encaminhar aos membros do CPG Demersais N/NE a ata da 1ª Reunião Ordinária deste CPG, com o prazo de 30 dias para considerações dos membros	CPG Demersais N/NE	Novembro de 2023
REC 2/2023: Informar para o Núcleo de Fiscalização de Pesca do IBAMA caso não seja considerado, no momento de fiscalização, os protocolos de renovação de Autorização de Pesca com validade amparada por atos normativos	Membros da Sociedade Civil envolvidos com a atividade pesqueira	Fluxo contínuo
REC 3/2023: Formalizar para o MPA e Núcleo de	Membros da Sociedade Civil envolvidos com a	Fluxo contínuo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Fiscalização do IBAMA documento demonstrando a divergência de sinal detectada entre o navegador da embarcação e o PREPS, e outras inconsistências observadas pelo setor	atividade pesqueira	
REC 4/2023: Discutir a possibilidade de homologação de novas empresas de rastreamento por satélite no PREPS	Grupo Técnico Gestor da IN 2, de 2006	1º trimestre de 2024
REC 5/2023: Formalizar que a Empresa não tem permitido a adesão das embarcações de pesca com protocolos de renovação das Autorizações de Pesca ao PREPS	Membros da Sociedade Civil envolvidos com a atividade pesqueira	Novembro de 2023
REC 6/2023: Encaminhar Ofício ao MMA solicitando que as espécies consideradas como passíveis de uso e que tenham Planos de Recuperação, que são em essência planos de gestão de pesca, tenham seu ordenamento tratado dentro dos respectivos CPGs, no âmbito da Rede Pesca Brasil e gestão compartilhada	CPG Demersais N/NE	Novembro de 2023
REC 7/2023: Encaminhar ao GTC propostas de manejo sobre medidas de ordenamento para a pesca do pargo, em especial quanto à regularização de frota, limite de captura, zonas/áreas de exclusão, viabilidade econômica das pescarias	CPG Demersais N/NE	Até dezembro de 2023
REC8/2023: Realizar apresentação em Reunião	CPG Demersais N/NE e	Dezembro de 2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Extraordinária do CPG Demersais N/NE sobre a metodologia e resultados da Avaliação de Estoque do pargo realizada pelo projeto REPENSAPESCA	GTC Demersais N/NE	
REC 9/2023: Buscar parcerias para fomentar pesquisas para subsidiar a revisão do período de defeso de camarões na Bahia, estabelecido pela da IN MMA nº 14, de 14 de outubro de 2004	MPA/MMA/MCTI	1º semestre de 2024
REC 10/2023: Encaminhar ao CPG Demersais N/NE a discussão das propostas de revisão da IN MMA nº 14, de 14 de outubro de 2004, sobre a norma de ordenamento para a pesca de camarões de Alagoas ao norte da Bahia	ICMBio	Dezembro de 2023
REC 11/2023: Buscar parcerias para fomentar pesquisas para entender a dinâmica da pesca (área de atuação, nº de embarcações, etc) na modalidade de pesca de arrasto diversos – modalidade 3.2 da INI MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, especialmente quanto a possibilidade de instituir como medida de ordenamento um período de defeso	MPA/MMA/MCTI	1º semestre de 2024
REC 12/2023: Encaminhar ao GTC solicitação de análise sobre o uso da Autorização de Pesca Complementar nas pescarias de piramutaba (Portaria SAP/MAPA nº 212, de 2020) e camarão	CPG Demersais N/NE	Até dezembro de 2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 13/2023: Encaminhar ao MMA proposta de alteração do § 2º do Art. 5º da Portaria SGPR/MMA nº 42, de 2018, suprimindo a palavra estocagem	CPG Demersais N/NE	Novembro de 2023
<p>4. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE 2024</p> <p>O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que a 3ª Sessão Ordinária do CPG Demersais N/NE está prevista para o mês de março de 2024 e sugeriu que aconteça em Brasília - DF, também foi sugerida a cidade de Belém - PA. Não havendo outros assuntos e manifestações e antes do encerramento formal da sessão, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, convidou todos os presentes do auditório e em videoconferência para o registro fotográfico da reunião.</p> <p>5. ENCERRAMENTO</p> <p>O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu a presença de todos, destacando a importância do debate. Em seguida, declarou encerrada a 2ª Sessão Ordinária do CPG Demersais N/NE, desejando uma boa tarde aos participantes.</p>		